

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade**

**Período de Análise: abril de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

## Índice

<b>Amazônia e Cerrado – desta vez vai mesmo? – Washington Novaes – Estado de São Paulo – espaço Aberto – 02/04/2010 .....</b>	<b>4</b>
<b>Combate ao desmatamento na Caatinga é prioridade – MMA – 06/04/2010</b>	<b>5</b>
<b>Da biodiversidade às florestas e pajés – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/04/2010 .....</b>	<b>6</b>
<b>Ambientalistas elevam tom de críticas – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 07/04/2010 .....</b>	<b>8</b>
<b>Municípios amazônicos podem deixar lista de maiores desmatadores – Carlos Americo e Suelene Gusmão – MMA – 08/04/2010 .....</b>	<b>10</b>
<b>Leilão de carbono termina sem compradores – Estado de São Paulo – Vida – 09/04/2010 .....</b>	<b>11</b>
<b>Amazônia registra queda de 51%do desmate – Lígia Formenti - Estado de São Paulo – Vida – 09/04/2010 .....</b>	<b>12</b>
<b>Desmate na Amazônia chega a 208 km2 em dois meses – Valor Econômico – Brasil – 09/04/2010 .....</b>	<b>13</b>
<b>Países retomam negociações de clima com novidades – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 10/04/2010 .....</b>	<b>13</b>
<b>Cientistas tentam prevenir abusos da engenharia do clima – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 11/04/2010 .....</b>	<b>14</b>
<b>Brasil vai criar 10 milhões de hectares de unidades de conservação – Carlos Americo – MMA – 12/04/2010 .....</b>	<b>16</b>
<b>Extinção entre o mar e o rio – O Globo – Ciência – 14/04/2010 .....</b>	<b>17</b>
<b>Greve do Ibama para atividades de combate ao desmatamento – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 17/04/2010 .....</b>	<b>18</b>
<b>País tem 300 casos graves de problemas ambientais – Afra Balazina e Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 21/04/2010 .....</b>	<b>19</b>
<b>Ceticismo climático não "pega" no Brasil – Reinaldo Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 21/04/2010 .....</b>	<b>20</b>
<b>Perda crescente da biodiversidade mobiliza o planeta – Carine Correa – MMA – 21/05/2010 .....</b>	<b>21</b>
<b>Acordo de Copenhague aumentará CO2, diz grupo – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 22/04/2010 .....</b>	<b>25</b>
<b>Economista pede criação de agência reguladora para mudanças climáticas – Valor Econômico – Brasil – 23/04/2010 .....</b>	<b>26</b>
<b>Marina amplia pressão por lei ambiental – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Brasil – 26/04/2010 .....</b>	<b>27</b>
<b>Fundo verde pode bancar energia suja – Folha de São Paulo – Ciência – 27/04/2010 .....</b>	<b>28</b>

<b>MMA coloca em ação planos para salvar bioma único e vulnerável – Carine Correa e Carlos Americo – MMA – 27/04/2010 .....</b>	<b>28</b>
<b>Austrália adia lei contra gases do efeito estufa – Folha de São Paulo – Ciência – 28/04/2010 .....</b>	<b>31</b>
<b>Corrente na Antártida ajuda a regular clima – Folha de São Paulo – Ciência – 28/04/2010 .....</b>	<b>32</b>
<b>Crise "limpa" energia em 2009, diz governo – Folha de São Paulo – Ciência – 29/04/2010 .....</b>	<b>32</b>

**Amazônia e Cerrado – desta vez vai mesmo?** – Washington Novaes – Estado de São Paulo – espaço Aberto – 02/04/2010

Há poucos dias, o Ministério do Meio Ambiente apresentou seus projetos para conter o desmatamento no Cerrado na Amazônia e definir atividades compatíveis com a conservação desses biomas. Para o primeiro, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas, que esperava aprovado ainda este ano. Para o segundo, o projeto de Macrozoneamento Econômico e Ecológico, que se pretende seja transformado em decreto presidencial neste semestre. Em síntese, a intenção é reduzir em 40% até 2020 o desmatamento, conforme a “meta voluntária” apresentada em dezembro à Convenção do Clima, em Copenhague. Ambos podem representar alguns progressos.

Mas levantam muitas questões.

Segundo o ministério, até 2008 foi desmatada 47,84% da área originária do Cerrado, que representa 24% do território brasileiro. E, de 2002 a 2008, a taxa de desmatamento nesse bioma significou o triplo da observada na Amazônia em 2008. Seriam, nesse período, 85.075 quilômetros quadrados desmatados no Cerrado, como escreveu neste jornal Lígia Formenti (17/3), com base em dados do ministério, que nos últimos meses os modificou mais de uma vez. E as causas do desmatamento estão, diz o ministério, na pecuária extensiva, no avanço da soja e da cana-de-açúcar e no uso de carvão vegetal principalmente por siderúrgicas.

Para conter o avanço do desmatamento o ministro anunciou que também as siderúrgicas que utilizarem mais de 50 mil metros cúbicos de carvão por ano sofrerão restrições (até aqui, eram apenas para siderúrgicas com mais de 100 mil toneladas).

Mas cabe perguntar: Por que só essas, e não todo o uso de carvão ilegal? Além disso, como lembrou Herton Escobar (Estado, 17/3), os proprietários rurais podem desmatar no Cerrado até 80% de suas propriedades (65% nas áreas de transição para a Amazônia). Podem, portanto, transformar em carvão as árvores derrubadas. A questão estará muito mais em falta de monitoramento e fiscalização. É a dificuldade de tornar reais as reservas legais, verdadeira ficção que só existe no papel. O que se promete agora é cortar o crédito para o desmatamento ilegal e incentivar o plantio de florestas para carvão com redução de impostos.

A dificuldade de concretizar a fiscalização está clara num levantamento recente feito no Estado de Goiás (O Popular, 14/3), que mostra só haverem sido pagos R\$ 7,5 milhões (5,5%) dos R\$ 134 milhões em multas impostas pelo Ibama e por órgãos ambientais do Estado entre 2006 e 2009 a atividades de carvoaria, desmatamento ilegal, invasão de áreas de proteção permanente, etc., além da queima de cana. Não é só. Cabe também perguntar por que se deixou o Cerrado fora do zoneamento ecológico/econômico para a expansão da cana-de-açúcar, quando se sabe que ela continua avançando sobre áreas novas nos dois Mato Grosso, em Goiás, no Tocantins, no Maranhão e até nas bordas do Pantanal.

E ainda sobram perguntas.

Por que o Cerrado tem apenas 6,77% de sua área total em unidades de conservação, mas apenas 2,89% em áreas de proteção integral (o restante cabe a unidades de “uso sustentável”)? Por que o zoneamento da Amazônia – que pretende proteger uma faixa ao longo de 1.700 quilômetros – deixou de lado praticamente todas as grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento, aí incluídas as grandes hidrelétricas do Rio Madeira (que terão impactos fortes já

diagnosticados); o asfaltamento da rodovia BR-163 (Cuiabá Santarém), onde praticamente nada do acertado nas audiências públicas está sendo cumprido (segundo o próprio Ibama); e a pavimentação da Rodovia Transamazônica?

Ofato é que essas e outras iniciativas do próprio poder público continuam a pôr em xeque os propósitos de conservação nos dois biomas.

Há poucos dias (21/3), o jornalista João Domingos documentou a destruição de parte do riquíssimo Parque Estadual do Jalapão, no Tocantins, por uma série de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Já há no País 359 em operação, mais 72 em construção e 145 outorgadas. Karina Ninni documentou (22/3) que a instalação de 116 PCHs ameaça o Pantanal, principalmente na Bacia do Alto Paraguai. Estudou e fez e fez – como tantas vezes tem sido escrito aqui – com licenciamento e sem discutir a real necessidade de cada empreendimento no âmbito de uma matriz energética – esta, por sua vez, decidida sem informar e ouvir a sociedade, as universidades e especialistas que divergem do modelo oficial.

Também por isso se vê a implantação de mega-hidrelétricas destinadas principalmente a atender às necessidades de exportadores de eletrointensivos (alumínio e ferro, especialmente), fortemente subsidiados e de alto custo social e ambiental, mas sem consumo direto pela população regional. Enquanto isso, cidades como Macapá, capital do Amapá, têm seu consumo de energia baseado em 70% na queima de óleo diesel levado de outras regiões.

Volta-se ao começo. Mesmo esquecendo todas as questões mencionadas neste artigo e admitindo que os planos para o Cerrado e a Amazônia sejam desejáveis, resta ver se sairão do papel.

Não há nada mais difícil no Brasil do que tirar as intenções do papel em que são escritas e levá-las à prática, à concretude. E para tirá-las do papel é indispensável que o Ministério do Meio Ambiente deixe de trafegar na contramão de tantos outros ministérios (Agricultura, Transportes, Interior e outros) e disponha de recursos à altura das tarefas gigantes que lhe caberiam (e não menos de 0,5% do Orçamento federal). Que haja uma estratégia efetiva para os dois biomas, centrada no conhecimento e aproveitamento de sua riquíssima biodiversidade. Que se preste atenção às consequências que o desmatamento já está tendo no fluxo das águas brasileiras.

E, neste momento crucial, que a tolerância com rumos devastadores que prometem emprego e renda (quando há outros caminhos para isso) não seja uma arma eleitoral

Combate ao desmatamento na Caatinga é prioridade – MMA – 06/04/2010

06/04/2010

O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Caatinga deve sair do papel até o final deste semestre. A determinação é da nova ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira. A urgência se justifica pela necessidade de frear, o mais rápido possível, o nível acelerado do desmatamento no bioma, único exclusivamente brasileiro, rico em biodiversidade, mas que já perdeu 45% de sua cobertura vegetal.

Números do monitoramento da Caatinga revelam que 0,33% de sua biomassa são transformados anualmente em carvão para abastecer a demanda por energia, tanto na região em que o bioma está presente quanto em outras. A economia do carvão vem

apresentando uma crescente demanda, fator que leva a níveis de desmatamento só comparáveis aos da Amazônia em seus momentos de pico, quando os programas de redução começaram a ser implementados.

Bioma considerado um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas, onde habitam 13 milhões de brasileiros, a Caatinga é apontada como uma das regiões que mais serão afetadas pelo aquecimento global. Estimativas apontam que 1/3 da economia do Nordeste, onde se encontram 80% do bioma, pode desaparecer. Por isso, o governo brasileiro incluiu a região no programa de redução de emissões de CO<sub>2</sub>, instituído pela lei sobre mudanças do clima - aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente Lula em 2009.

Dados recentes sobre a situação da Caatinga foram debatidos ontem, em reunião com representantes dos ministérios do Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura e Reforma Agrária, Ibama, ICMBio e MMA, para definir o modelo lógico do PPCaatinga. Para a técnica do Ministério do Planejamento, Andreia Rodrigues, esta é das uma ferramentas à disposição do Governo para a execução do plano. O modelo vai definir as metas, a forma de atingi-las, as etapas de execução e a origem dos recursos que serão aplicados. "Faremos um diagnóstico completo para orientar as ações e controlar os resultados", resume. A oficina termina nesta terça-feira (06/04).

Segundo Mauro Pires, diretor do Departamento de Políticas para o Combate ao Desmatamento do MMA, um dos maiores desafios é encontrar alternativas para a geração de energia. O ciclo do desmatamento na região começa nas pequenas propriedades - descapitalizadas e dependentes do carvão- e move as indústrias de gesso e cerâmica no Nordeste, bem como a de ferro gusa nas siderúrgicas do Centro-Sul.

A tecnologia sustentável aliada aos conhecimentos tradicionais do sertanejo no trato com o bioma, por outro lado, podem ser fortes aliados no controle do desmate, de acordo com a explicação do diretor do DPCD. Ele defende a elaboração de um modelo próprio, adaptado à situação da Caatinga, que aproveite a experiência adquirida no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia (PPCDAm) - que reduziu em 40% a média do desmatamento nos últimos 10 anos naquela região.

Valorizar os produtos da sociobiodiversidade, criar mecanismos de financiamento de atividades sustentáveis e o manejo dos recursos madeireiros e não madeireiros também fazem parte do leque de opções.

O Ministério do Meio Ambiente não considera descartada a possibilidade de conclusão da etapa preliminar do PPCaatinga para seu lançamento até o dia 28 de abril, quando é comemorado o dia da Caatinga. Os entendimentos nesse sentido seguem em ritmo acelerado. Um dos principais argumentos para garantir a agilidade na aprovação do PPCaatinga é o recém divulgado relatório de monitoramento do bioma, que está disponível no sítio eletrônico do MMA. O levantamento detalhado é apontado pelos técnicos como revelador do estado atual do bioma.

**Da biodiversidade às florestas e pajés** – Washington Novaes – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 09/04/2010

Neste Ano Internacional da Biodiversidade, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) traz boanotícia: o desmatamento e a conversão de áreas florestadas para agropecuária caíram na década 2000/2009 para 13 milhões de hectares anuais (ou 130mil km<sup>2</sup>, pouco mais da metade da super

fício do Estado de São Paulo), ante 16 milhões de hectares anuais na década anterior. Mas complementa: ainda assim, o “ritmo de perda de florestas tropicais continua alarmante”.

Brasil e Indonésia, diz o relatório da FAO, são os principais agentes desse desmatamento. E o estrago só não foi maior porque China, Índia, EUA e Vietnã plantaram 7 milhões de km<sup>2</sup> anuais de florestas na década.

Com isso, a perda líquida caiu de 8,3 milhões de hectares anuais, na década anterior, para 5,2 milhões de hectares anuais, na última. A superfície florestal mundial ficou em 4 bilhões de hectares (ou 40 milhões de km<sup>2</sup>), cerca de 31% da superfície terrestre.

Os números do Brasil no relatório são fortes: 2,6 milhões de hectares anuais (ou 26 mil km<sup>2</sup>) desmatados em todo o País na última década, ante 29 milhões de hectares anuais na década de 90. E isso tem consequências graves, já que os 900 especialistas de 178 países reunidos pela FAO não hesitam em dizer que as florestas “têm um papel muito importante” na mitigação de mudanças climáticas, pois armazenam 289 bilhões de toneladas de carbono, mais do que já está acumulada na atmosfera e intensifica o efeito estufa. Sem a floresta, o carbono liberado irá para a atmosfera. As florestas primárias atualmente representam 36% da superfície florestal total.

Delas, 1% é atingido a cada ano por incêndios.

Por onde se poderia avançar na proteção das florestas e da biodiversidade? Está em curso uma discussão semelhante à que ocorre na área do clima, com muitos especialistas propondo a criação de uma entidade fora do âmbito da ONU, porque neste as decisões só são tomadas por consenso, e elas não acontecem por causas divergentes entre países-membros. Desde a Rio 92, quando foi criada, a Convenção da Diversidade Biológica está em discussão sobre a soberania dos países detentores da biodiversidade e a repartição de benefícios quando alguma espécie pesquisada é transformada em produto industrial patenteado em outro país. Enquanto não se avança, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) diz que um terço do 1,9 milhão de espécies já identificadas está em “situação crítica”. Dos 34 “hotspots” (lugares mais ameaçados do mundo), 2 estão no Brasil: Cerrado e Mata Atlântica.

Detentor da maior biodiversidade planetária, o Brasil precisa prestar atenção ao relatório – Indigenous Lands, Protected Areas and Slowing Climate Change –, publicado pela PLoS Biology, com a participação dos pesquisadores brasileiros Britaldo Soares Filho (UFMG) e Gustavo A.B. da Fonseca (diretor de projetos no WWF/EUA). Diz o estudo que a proteção de áreas florestais, como a redução do desmatamento e da degradação, é uma das estratégias mais eficazes e de efeito imediato para enfrentar mudanças climáticas. Por isso, deve ser incorporada às estratégias para redução de emissões de gases poluentes. E, nesse contexto, a prioridade deve ser para a criação de áreas indígenas protegidas e unidades de conservação – que, além de mais, geram trabalho e renda para populações locais. Desde 2002, afirma o estudo publicado, o desmatamento na Amazônia foi 11 vezes menor nas áreas indígenas e unidades de conservação do que nas áreas não protegidas. O cálculo feito é de que até 2050 essas áreas indígenas e protegidas evitarão o desmatamento de 259 mil km<sup>2</sup>, mais que a área do Estado de São Paulo.

São informações importantes, na hora em que tantas objeções se levantam em certos setores contra a demarcação de áreas indígenas – quando elas são vitais para a conservação da biodiversidade (nossa melhor possibilidade de futuro) e o enfrentamento das mudanças

climáticas. Mas há uma questão adicional que pede muita atenção de estudiosos e dos próprios indígenas: o problema da educação nas aldeias.

Há poucos dias, uma comissão de índios de Roraima entregou ao governador do Estado minuta de projeto para a criação da carreira pública de professor indígena – em que o candidato precisará ser indígena, ter aprovação da comunidade, morar na aldeia e ter capacidade de implantar o ensino bilíngue.

Nesse último ponto pode estar um complicador, que exige discussão e reflexão.

Nas andanças pelas aldeias do Parque Indígena do Xingu e áreas vizinhas, em todas as aldeias, o autor destas linhas ouviu dos chefes mais velhos e experientes que “o ensino bilíngue é que está acabando com a nossa cultura”. Porque, na visão deles, ao aprender português, as crianças e jovens passam a ver televisão e conviver com as culturas de fora. A partir daí, querem viver como os jovens brancos, consumir o que estes consomem e não querem mais viver como índios. Mais grave, não querem ser pajés, porque o caminho para ser pajé é longo, difícil, cheio de sacrifícios e riscos, abstinências, etc. Mas, naquele mundo regido por espíritos – cada árvore, cada animal, tem um espírito regente –, se não houver pajés, que fazem a intermediação entre ele e o cotidiano, a cultura tradicional desaparecerá, pois todos os cantos, as danças, os rituais e modos de viver são relacionados com espíritos.

O número de pajés em cada aldeia já diminuiu drasticamente.

Há aldeias já ameaçadas de ficar sem nenhum.

É complicado, pois impedir o contato com culturas de fora já é impossível. Mas como preservar, sem pajés, as culturas tradicionais e seus valores políticos e sociais, além do meio ambiente, tão importantes? É uma discussão a que não se pode mais fugir.

Faz parte, na verdade, da discussão sobre as estratégias nacionais mais importantes.

**Ambientalistas elevam tom de críticas** – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Política – 07/04/2010

Parlamentares e ONGs ambientalistas elevaram o tom das críticas ao governo federal na tentativa de brejar alterações na legislação ambiental propostas pela bancada ruralista do Congresso.

Em debate no Senado, os ambientalistas cobraram ontem do governo uma ação concreta contra o que consideram “desfiguração” do Código Florestal, em vigor desde 1965. Pediram uma orientação clara do Palácio do Planalto para evitar as mudanças nas regras ambientais por meio do adiamento das votações previstas para este ano. E prometeram ampliar a campanha “Exterminadores do Futuro” para constranger os líderes ruralistas.

Candidata do PV à Presidência, a senadora Marina Silva (AC) reclamou da pecha de ser “do contra” e atacou a postura do governo. “No Brasil, tem essa cultura de querer mudar o teste em lugar de passar no teste. Não se criam instrumentos



econômicos para viabilizar a agricultura e a pecuária sustentáveis. Aí, se muda a legislação. E isso acontece com a anuência ou a omissão do governo federal", criticou a senadora.

Coordenador da Frente Ambientalista, o deputado Sarney Filho (PV-MA) afirmou que a nova lei vai "facilitar novos desmatamentos", disse que votar o novo Código Florestal agora seria "irresponsável" e anunciou a segunda etapa da campanha contra os ruralistas. "Quem contribuir para o desmatamento vai entrar na lista a partir de amanhã [hoje]", disse. O primeiro teste será a votação, no Senado, do Projeto de Lei Complementar nº 12, que tiraria poderes do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e delegaria funções legislativas da União aos Estados. "Vamos marcar sob pressão, senão eles engolem a gente porque têm mais estrutura e defendem interesses muito específicos". A senadora Marina Silva apresentou emendas para suprimir partes do texto do projeto. "Quem votar contra, vai para a lista na hora", disse Sarney Filho.

Os ruralistas se preparam para votar o relatório do novo Código Florestal na comissão especial criada para debater o assunto na Câmara. E afirmam haver um acordo de lideranças para apressar o rito de tramitação do relatório. "Eles têm o direito de espernear. Mas, em 15 dias, vamos votar na comissão e depois aprovaremos no plenário com os líderes dos partidos", disse o deputado Moacir Micheletto (PMDB-PR), presidente da comissão especial. "Quem debate são os partidos nanicos, o PSOL e o PV. Nos outros, todo mundo quer aprovar". O relator do novo Código Florestal, deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), ironiza a estratégia dos ambientalistas. "Eles achavam que era suficiente tomar café da manhã pago pela Coca-Cola, mas viram que terão que fazer bem mais que isso", criticou, em referência a um suposto patrocínio da multinacional à ONG Fundação SOS Mata Atlântica, líder da campanha "Exterminadores do Futuro".

No debate do Senado, as ONGs pediram aos líderes do governo uma ação para barrar votações da legislação ambiental "contaminadas" por questões eleitorais. "O governo precisa dizer claramente o que defende nesse debate. Quer um 'programa de aquecimento climático' [em referência ao PAC federal], um Código Florestal 'flex'?", questionou o coordenador de Políticas Públicas da ONG Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), André Lima. "Vai haver um forte crescimento na demanda por carnes, etanol e soja. E essa conta não vai fechar", alertou.

Em moção aprovada pela plenária na semana passada, os conselheiros Conama protestaram contra o risco do que consideram "retrocesso" na legislação ambiental. A

moção será encaminhado aos presidentes do Senado Federal e da Câmara, além do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra-chefe da Casa Civil, Erenice Guerra. No texto, os conselheiros apontam a ação de "parlamentares contra as importantes conquistas da sociedade brasileira, consolidadas na legislação ambiental". Segundo os membros do Conama, as mudanças propostas no Código Florestal reduzem as competências do Conama, "inclusive retirando seu poder deliberativo".

**Municípios amazônicos podem deixar lista de maiores desmatadores** – Carlos Americo e Suelene Gusmão – MMA – 08/04/2010

08/04/2010

*Carlos Américo e Suelene Gusmão*

Depois de Paragominas, no estado do Pará, outros 22 municípios que fazem parte do arco do desmatamento estão prontos para deixar a lista dos maiores desmatadores da Floresta Amazônica, disse a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, nesta quinta-feira (8/4), durante coletiva de imprensa, em Brasília, onde comentou a redução de 51% do desmatamento da Amazônia de agosto de 2009 a fevereiro de 2010, comparado ao mesmo período do ano anterior.

A ministra explicou que, para tanto, basta que esses municípios realizem o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em pelo menos 80% do território. Para fazer o cadastro, o proprietário deve fazer o georreferenciamento da área definindo sua Reserva Legal e as Áreas de Proteção Permanente (APPs).

Sobre a redução do desmatamento, a ministra Izabella creditou os números ao "planejamento adequado" realizado pelos órgãos envolvidos no combate ao desmatamento. Ela ressaltou também as ações do mutirão Arco Verde Terra Legal que leva alternativas econômicas e sociais sustentáveis e viabiliza a realização do Cadastro Ambiental Rural. "Esse é o passo mais importante para a regularização ambiental das propriedades rurais e assegura o trabalho da agricultura e a proteção do meio ambiente", ressaltou.

A ministra ainda destacou a melhoria da atuação das ações de comando e controle, a participação da sociedade civil nos debates sobre políticas públicas e o corte de crédito públicos aos responsáveis pela destruição das florestas. "Se sair da lista garante crédito público", explicou Teixeira sobre as parcerias do MMA com bancos para só financiar projetos com compromissos com a sustentabilidade.

Depois de cerca de 10 meses da implementação do Mutirão Arco Verde Terra Legal na região, as ações desenvolvidas nos municípios alvo já mostram resultados. Por exemplo, dos 43 municípios que compõem lista dos maiores desmatadores da Amazônia, 12 deles registraram queda superior a 80% do desmatamento de 2008; 18 tiveram queda no desmatamento entre 54 e 80% e apenas um registrou aumento de 34% no desmatamento em 2009.

**Dados do desmatamento**

Os dados divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontou uma queda de 51% no desmatamento da Amazônia nos meses de agosto a

fevereiro (2009/10) se comparado ao mesmo período anterior. Foi desmatada uma área 1352 km<sup>2</sup>, contra 2781 km<sup>2</sup> no período anterior.

Também foram detectados pelo Inpe 23 km<sup>2</sup> de desmatamento na floresta Amazônica em janeiro, com 69% da área sob cobertura de nuvens. Esse número representa uma redução de 90% se comparado ao mesmo mês do ano passado, quando a floresta teve 222 km<sup>2</sup> de sua área desmatada, com cobertura de nuvem pouco maior, em 76% da floresta.

Já em fevereiro, o desmatamento da Amazônia foi de 185 km<sup>2</sup>, com pouco mais da metade da área coberta por nuvens (57%). No ano passado, neste mês, foi registrado um desmatamento de 143 km<sup>2</sup>, o que mostra um aumento de 29% de floresta derrubada. No entanto, a visibilidade do satélite do Deter estava prejudicada com a presença de nuvem em 80% da região.

"Essa é a redução do desmatamento sobre o menor número registrado", salientou a ministra. No final do ano passado, o Governo Federal divulgou o menor desmatamento da floresta amazônica brasileira, registrado nos últimos 21 anos, desde o início do monitoramento. No período de agosto de 2008 a julho de 2009, foram desmatados 7 mil km<sup>2</sup>. Não há dados do mês de dezembro porque toda a área estava coberta por nuvens.

A ministra Izabella Teixeira disse que em abril os órgãos envolvidos no combate ao desmatamento vão se reunir em Brasília para avaliar os números do desmatamento de 2009. Os debates serão voltados para quatro eixos: números e fiscalização do desmatamento em unidades de conservação; assentamentos rurais; políticas públicas; e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que tem a meta de reduzir o desmatamento da Amazônia em 80%, até 2020. A ministra acredita que o Brasil vai atingir essa meta antes do prazo firmado pelo Brasil na Convenção do Clima, em Copenhague.

Veja também

### **Leilão de carbono termina sem compradores – Estado de São Paulo – Vida – 09/04/2010**

O primeiro leilão de créditos de carbono paramercado voluntário do Brasil, realizado na BM&FBovespa, terminou ontem sem fechar negócio. Nenhuma das quatro empresas participantes arrematou os lotes oferecidos.

Houve três sessões de 15 minutos. Em cada uma, a empresa titular Carbono Social Serviços Ambientais ofereceu um lote de 60 mil toneladas de carbono, totalizando 180 mil toneladas nas três sessões. Os créditos foram leiloados pelo preço de R\$ 10 por tonelada. Não houve lances.

Este foi o terceiro leilão de créditos de carbono realizado pela BM&FBovespa e o primeiro voltado ao mercado voluntário – ou seja, os créditos podem ser negociados livremente, sem necessidade de aprovação dos projetos pela ONU.

Segundo a coordenadora jurídica da Carbono Social, Cinthia Caetano, que ajudou a conceber o edital, foi dado o primeiro passo para leilões voluntários no País. “Pode ser que o volume de lotes ou as condições do leilão não sejam adequadas.

Nós vamos trabalhar para mudar isso”, disse Cinthia.

**Amazônia registra queda de 51% do desmate** – Lígia Formenti - Estado de São Paulo  
– Vida – 09/04/2010

A Amazônia registrou um desmatamento de 1.352 quilômetros quadrados de floresta entre agosto de 2009 e fevereiro de 2010. O índice é 51% menor do que o registrado entre agosto de 2008 e fevereiro de 2009: 2.781 quilômetros quadrados.

“Foi uma redução de uma marca que já havia caído de forma significativa, quando comparada com anos anteriores”, disse a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) ao comentar os dados do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), divulgados ontem.

Para ela, os números apresentados pelo Deter indicam que o País cumprirá antes do planejado a meta assumida na Convenção do Clima, em dezembro.

“Números preliminares mostram que foram desmatados 7 mil quilômetros quadrados em 2009.” Com novos índices coletados, a expectativa do ministério é de que muito rapidamente o País consiga reduzir o desmatamento para a marca de 6,5 mil quilômetros quadrados anuais – algo que estava previsto para ser atingido apenas em 2015.

Fevereiro. Comparando somente o mês de fevereiro, porém, em 2010 o índice foi 29% superior ao mesmo período de 2009. O ministério atribuiu o aumento às mudanças meteorológicas, com redução da área coberta de nuvens, o que permite captação melhor das imagens pelo Deter. A expectativa é de que nos próximos meses os índices apresentem uma ligeira elevação – tanto pela melhora das condições meteorológicas quanto pela chegada da seca, quando cresce a atividade de desmate.

Em fevereiro, a área de cobertura de nuvens na Amazônia foi de 57%. Nessa região encoberta, o Deter não consegue verificar se houve desmatamento. Em fevereiro de 2009, a área de cobertura de nuvens foi maior, 80%.

Os dados também mostram que o Deter detectou em janeiro 23 quilômetros de desmatamento. No mês, 69% da área analisada estava coberta por nuvens.

Em dezembro, dados não foram divulgados porque toda a área estava encoberta. “A dispersão das nuvens começou na área de Mato Grosso, onde hoje há uma atividade menor de desmatamento”, diz o diretor de Políticas de Combate ao Desmatamento do ministério, Mauro Pires.

#### Imazon vê alta de 23% no desflorestamento

Diferentemente do governo, a ONG Imazon, que faz um monitoramento independente do desmatamento, registrou um aumento de 23% no desflorestamento ao comparar o período de agosto de 2009 a fevereiro de 2010 com o de agosto de 2008 a fevereiro de 2009. Do total de 924 quilômetros quadrados desmatados, o

Pará contribuiu com 442 e Mato Grosso, com 195. Para o pesquisador Adalberto Veríssimo, os dados são motivo de “alerta”.

## **Desmate na Amazônia chega a 208 km<sup>2</sup> em dois meses – Valor Econômico – Brasil – 09/04/2010**

A Amazônia perdeu uma área de pelo menos 208,2 quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) nos meses de janeiro e fevereiro de 2010. Os números são do Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (Deter), divulgados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe).

Em janeiro, foram detectados 23 km<sup>2</sup> de desmatamento e em fevereiro 185 km<sup>2</sup>. Nos mesmos meses de 2009, o Inpe havia observado 222 km<sup>2</sup> e 143 km<sup>2</sup> de desmate, respectivamente. No entanto, por causa da distribuição de nuvens, o instituto evita comparações entre os períodos.

São os primeiros dados do Deter divulgados em 2010. Nos meses da estação chuvosa na Amazônia, o Inpe agrupa os alertas em uma base bimestral ou trimestral para melhorar a amostragem.

A cobertura de nuvens impediu a visualização de 69% da região em janeiro e em fevereiro 57% da Amazônia Legal ainda estavam encobertos, o que dificultou a observação dos satélites.

Mato Grosso, que tinha a maior parte do território sem nuvens, acumula o maior desmatamento no período. O Inpe registrou 143,4 km<sup>2</sup> de novas derrubadas no Estado - 69% do total detectado em janeiro e fevereiro em toda a região. Em seguida aparecem Roraima, com 26,9 km<sup>2</sup> de novos desmates, e o Pará, com 17,2 km<sup>2</sup> a menos de florestas. O desmatamento medido pelos satélites no Maranhão foi de 11,7 km<sup>2</sup>, em Rondônia, de 7,4 km<sup>2</sup>, e no Tocantins, de 1,7 km<sup>2</sup>. A medição considera as áreas que sofreram desmate completo e as que estão em degradação progressiva. O sistema serve de alerta para as ações de fiscalização e controle dos órgãos ambientais.

## **Países retomam negociações de clima com novidades – Daniela Chiaretti – Valor Econômico – Internacional – 10/04/2010**

Mais de 110 países assinaram o Acordo de Copenhague, o polêmico e vago resultado da conferência do clima de dezembro, e colocaram ali suas intenções de cortar ou limitar o crescimento de suas emissões. Esses países representam 80% das emissões de gases-estufa, mas, mesmo assim, as promessas são insuficientes para garantir que o aquecimento global não ultrapasse os 2° C em 2100.

"Estas promessas representam um inegável passo adiante", disse Yvo de Boer, o secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, registrando, porém, que não são suficientes. De Boer, que divulgou ontem seu relatório oficial sobre os resultados da conferência do clima de Copenhague, em dezembro, esteve no cargo por quase três anos e já anunciou sua saída em 1° de julho. Ele falou ontem a alguns jornalistas por conference call e disse crer que um acordo forte e vinculante do clima só acontecerá no fim de 2011, durante a conferência da África do Sul.

Neste ano, a edição do México pode acertar os ponteiros e preparar o caminho. "Minha esperança é que em Cancún se decida o que esperávamos que fosse decidido em Copenhague", disse.

No fim de semana depois da Páscoa, 190 delegados se encontrarão em Bonn, na Alemanha, pela primeira vez depois da frustrante conferência na Dinamarca. O encontro deve produzir apenas uma agenda de novas reuniões preparatórias à reunião de Cancún, em novembro.

Mas há algumas novidades. O Reino Unido, por exemplo, diz que aceita continuar com o Protocolo de Kyoto, assumindo compromissos de cortes de emissão além de 2012, desde que metas do gênero também sejam cumpridas pelos EUA e a China, os dois maiores emissores de gases-estufa.

Durante as negociações do ano passado, a UE queria o fim de Kyoto - uma ideia rejeitada pelo bloco dos países em desenvolvimento e que deu origem a uma das várias crises das negociações internacionais em 2009. O bloco da UE queria um único e novo acordo que reunisse o mundo todo no mesmo barco (e o Reino Unido era um dos protagonistas dessa iniciativa).

Há, também, um pano de fundo complexo no cenário das negociações deste ano. A crise de confiança que atinge o braço científico da ONU, o IPCC, desde a véspera da conferência de Copenhague, tem dado alimento aos céticos e críticos do debate climático. E colocou mais dúvidas e resistência ao tema na população dos EUA. De Boer acusa o golpe, mas diz que, embora o IPCC reconheça alguns erros, a ciência do clima é robusta. "Difícil dizer o quanto esta crise pode afetar as negociações", respondeu ao **Valor**. "Não acho que teve um impacto significativo até agora."

**Cientistas tentam prevenir abusos da engenharia do clima** – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 11/04/2010

Tecnologia para tentar "consertar" o termostato do planeta pode estar pronta para testes em uma década, diz especialista

Americano teme que falta de regras internacionais empurrem esse campo de estudos para as "sombras", colocando planeta em risco

O ano é 2020. O mundo falhou em chegar a um acordo para cortar emissões de gases-estufa, e os piores efeitos da mudança climática começam a se abater sobre a Terra: tempestades violentas, secas, degelo do Ártico e aumento acelerado do nível do mar. Em desespero, algum país resolve, sem consultar ninguém, começar a lançar milhões de toneladas de enxofre na estratosfera, para bloquear a luz do Sol e resfriar o planeta. Mas a solução acaba tendo um efeito colateral: interrompe as monções na Índia, matando milhões de fome. O cenário acima descreve um dos riscos da chamada geoengenharia, nome dado ao conjunto de propostas para "consertar" o clima a Terra usando tecnologia em vez de cortar emissões de carbono. Se ele parece ficção científica, é porque é mesmo. Mas não

por muito tempo. Especialistas ouvidos pela Folha calculam que em cinco ou dez anos esse tipo de técnica poderá entrar em teste. Preocupados com um eventual descontrole da geoengenharia, 175 pesquisadores de 15 países se reuniram no fim do mês passado nos EUA para debater, pela primeira vez, como essa nova área da ciência deve ser regulamentada. O lugar escolhido para o encontro foi simbólico: o centro de conferências de Asilomar, na cidadezinha de Pacific Grove, Califórnia. Ali foi realizada, há 35 anos, a primeira reunião sobre os riscos de uma nova tecnologia -a engenharia genética-, que resultou em uma série de princípios que até hoje governam a pesquisa na área. A segunda conferência de Asilomar, porém, terminou com mais perguntas do que respostas. Diferentemente do DNA recombinante, a maioria das tecnologias de geoengenharia ainda não saiu do plano das ideias. Por isso, os cientistas ainda não são capazes nem mesmo de avaliar seus riscos. Mas o encontro reconheceu a necessidade de iniciar pesquisas "nas ciências naturais e sociais para melhor entender e comunicar se estratégias alternativas para moderar a futura mudança climática são ou não viáveis, apropriadas e éticas".

#### Seguro

"Se concluirmos que não será possível evitar uma interferência perigosa no clima só via mitigação, então precisaremos considerar a geoengenharia. Precisamos entender as implicações logo. Não podemos esperar que uma emergência aconteça", disse Tom Wigley, do Centro Nacional de Pesquisa Atmosférica nos EUA, um dos líderes da conferência.

Michael McCracken, pesquisador do Climate Institute de Washington e coordenador científico do encontro, diz que a emergência já chegou -para os povos indígenas do Ártico e para países como a Austrália, que enfrenta secas prolongadas devido à alteração das rotas habituais de tempestades. "Há razões para acreditarmos hoje que a necessidade de geoengenharia é maior do que se imaginava", afirma David Victor, especialista em política de clima da Universidade da Califórnia em San Diego. "Uma é que os governos não fizeram muita coisa para controlar emissões de gases-estufa, como vimos na conferência do clima de Copenhague. A outra é que há evidências crescentes de que o clima está mudando muito mais rápido do que se imaginava, e isso é meio assustador." Segundo ele, a geoengenharia precisa ser encarada como "uma apólice de seguro".

#### "Greenfinger"

Victor afirma que hoje "estamos numa terra de ninguém" no que diz respeito à regulamentação das pesquisas. Isso traz o risco de levar a geoengenharia para as sombras em vez de abri-la ao escrutínio público. Num cenário desses, não é difícil imaginar que cientistas encontrem dificuldades para obter financiamento em países como os da Europa, nos quais a percepção de risco é grande. Ou, ao contrário, que os estudos e testes na atmosfera sejam conduzidos unilateralmente por países ou até mesmo indivíduos que percebam que os riscos de uma mudança climática descontrolada de longe superem os efeitos colaterais da geoengenharia - hipótese apelidada por Victor de "Greenfinger", em alusão ao vilão Goldfinger, do filme de James Bond. "É preciso desenvolver novas regras para esse tipo de pesquisa", afirma Gylvan Meira Filho, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP que participou de

Asilomar-2. "Você precisa obrigar as pessoas a publicarem seus resultados na literatura científica e os países a trocarem dados. Isso não é trivial", diz o físico, lembrando que nem mesmo os meteorologistas, que trabalham com informações menos sensíveis, gostam de compartilhar dados.

**Brasil vai criar 10 milhões de hectares de unidades de conservação** – Carlos Americo – MMA – 12/04/2010

12/04/2010

*Carlos Américo*

Em reunião com os presidentes dos parlamentos da Noruega, Dag Tarje Andersen, e do Povo Sami, Egil Olli, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse nesta segunda-feira (12/4) que iniciativas como o Fundo Amazônia podem mostrar ao mundo que o Brasil é capaz de assumir seus compromissos e reduzir o desmatamento da Floresta Amazônica.

Ela falou à comitiva norueguesa que o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) faz parte da estratégia brasileira para criar novas unidades de conservação (UC), e adiantou que serão criados 10 milhões de hectares de UCs na Amazônia nos próximos 10 anos, na segunda fase do Arpa. Nos últimos sete anos, o Brasil foi responsável pela criação de 70% de todas as unidades de conservação criadas no mundo. Para a ministra, o Fundo Amazônia é a base para a implementação do Programa.

A Noruega foi o primeiro país a fazer doação para o Fundo Amazônia. No primeiro ano, foram doados US\$ 140 milhões. O governo norueguês anunciou, no entanto, que suas doações podem totalizar US\$ 1 bilhão até 2015, condicionadas à redução do desmatamento nos anos anteriores. A ministra disse que o governo brasileiro trabalha na capacitação social para que todos os grupos da região amazônica interessados possam enviar seus projetos e requerer recursos do Fundo.

Ela destacou a redução de 51% do desmatamento da Amazônia de agosto de 2009 a fevereiro de 2010, comparado ao mesmo período anterior. "É uma queda sobre o menor índice da história", salientou Izabella, ao lembrar que entre agosto de 2008 e julho de 2009 o Brasil registrou a menor taxa de devastação dos últimos 21 anos (quando o monitoramento começou a ser feito), com 7 km<sup>2</sup> de floresta desmatada.

A ministra explicou ao presidente Andersen que a queda é resultado tanto das ações de repressão ao crime ambiental executadas pela Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (Ciccia) - que conta com o Ibama, Polícia Federal e Força Nacional - quanto das alternativas sustentáveis para os municípios e povos da floresta. Dentre elas, as políticas para a sociobiodiversidade, como a que garante preço mínimo para produtos como o açaí, babaçu, borracha, carnaúba, castanha, pequi e piaçava.

Para este ano, Izabella adiantou que dez novos itens serão incluídos nesta lista. A garantia de preço mínimo para esses produtos proporciona renda para as comunidades tradicionais e amplia a proteção da floresta, uma vez que as árvores em pé garantem o sustento das populações locais.

A ministra também citou a operação Arco Verde, que leva alternativas de desenvolvimento sustentável para os 43 municípios que mais desmataram a Amazônia em 2008.



Para ela, o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal vai permitir o desenvolvimento sustentável da região, tanto na área urbana quanto na rural.

**Mudança climática** - Izabella pediu ainda o apoio dos noruegueses à convenção do clima, que acontecerá em dezembro em Cancún. Segundo ela, o Brasil vai "trabalhar fortemente" pelo diálogo entre os países a fim de alcançar um bom resultado na conferência.

## **Extinção entre o mar e o rio – O Globo – Ciência – 14/04/2010**

Estudo inédito revela que um em cada seis manguezais do mundo está ameaçado. Sinal de alerta para um dos ecossistemas mais peculiares do planeta. Originados a partir do encontro das águas doce e salgada, os manguezais têm uma entre seis espécies ameaçadas de extinção.

É o que revela o primeiro estudo global sobre o seu estado de conservação.

Contra eles, diz o trabalho publicado na revista “PLoS One”, pesam inimigos nada naturais, como o desenvolvimento urbano descontrolado nessas regiões costeiras. Manguezais são fundamentais para o desenvolvimento de diversas espécies, além de absorverem CO<sub>2</sub> da atmosfera, filtrarem as águas e fornecerem nutrientes para outros habitats marinhos.

Segundo o estudo, conduzido pela Conservação Internacional (CI) e pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), onze das 70 espécies analisadas por um grupo formado pelos maiores especialistas em manguezais do mundo estão incluídas na Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN.

— Os manguezais estão onde nós estamos, ou seja, na interface entre a terra e o mar, onde vive boa parte da população da Terra, em torno de um bilhão de pessoas — diz o biólogo marinho Rodrigo Moura, da Conservação Internacional. — Trata-se de um ambiente constantemente pressionado.

No mundo todo, as costas Atlântica e Pacífica da América Central são as regiões mais afetadas por fatores que incluem também o desmatamento e as mudanças climáticas.

O sudeste da Ásia, onde foram perdidos 80% dos manguezais nas últimas seis décadas, também é uma área severamente afetada.

— A perda potencial dessas espécies é um reflexo da exploração generalizada das florestas de mangue — afirma uma das autoras do estudo, Beth Polidoro, da Old Dominion University, nos EUA . — Os manguezais são um dos mais importantes ecossistemas tropicais. Eles mantêm diversas espécies e suas perdas podem ter um impacto muito grande na biodiversidade marinha e terrestre.

### **Criação de camarão causa impacto**

O estudo aponta como seriamente ameaçadas de extinção alguns tipos de plantas, como a *Bruguiera hainesii*, que cresce apenas em parte da Indonésia, Malásia, Singapura e Papua Nova Guiné.

— O status dessas espécies simboliza as agressões a um ambiente que é fundamental para a vida nos oceanos e também para o cotidiano das comunidades costeiras — conta Greg Stone, vice-presidente do Programa Marinho da CI.

O estudo não aponta espécies ameaçadas no Brasil. Isso, no entanto, não significa que os manguezais do país estejam livres de perigos, como alerta Rodrigo

Moura.

— O Brasil tem alguns dos maiores manguezais do mundo, embora não os mais ricos em espécies. E eles mostram bem como se dá a relação entre ocupação e devastação.

Os manguezais da região norte estão em bom estado de conservação, bem diferente daqueles do sudeste e do nordeste. Isso se dá porque no norte a ocupação urbana é bem menos intensa do que no sudeste e no nordeste. Na Baía de Guanabara, por exemplo, o manguezal sofre demais com o impacto dos afluentes domésticos e industriais.

Segundo o especialista, um outro fator tem causado forte impacto nesse ambiente, embora não seja tão divulgado.

— É a conversão do manguezal em área de criação de camarões, a carcinicultura.

Esse é um vetor de destruição em todo o mundo e no Brasil não é diferente, especialmente no nordeste.

Se por um lado essa conversão produz alimentos, a perda que ela traz é muito maior se formos analisar os inúmeros serviços ambientais prestados pelos manguezais.

Um desses serviços, diz Moura, é a sua atuação como uma espécie de berçário da vida marinha.

— Muitas espécies de peixes comercialmente importantes dependem dos manguezais nas etapas iniciais do seu ciclo de vida. É o caso do vermelho, que é muito popular no nordeste. Além dele, há espécies de crustáceos que também precisam desse refúgio para se desenvolver. O importante é olharmos para esse estudo como um sinal de alerta global.

O Brasil não tem espécies ameaçadas, sem dúvida, mas o ecossistema como um todo está em risco.

### **Greve do Ibama para atividades de combate ao desmatamento – Eduardo Scolese – Folha de São Paulo – Ciência – 17/04/2010**

Licenciamento ambiental também está suspenso, o que preocupa o governo

A greve de servidores da área ambiental do governo paralisa no país um total de 60 operações de combate ao desmatamento, à pesca oceânica e à caça a animais em extinção. Algumas estão com estrutura montada, objetivo definido, mas sem condição de sair a campo. A greve, definida no final do mês passado, envolve servidores de Ibama, Instituto Chico Mendes, Ministério do Meio Ambiente e Serviço Florestal Brasileiro. Uma próxima reunião entre servidores e governo está prevista somente para a semana que vem. Entre outros pontos, os grevistas pedem aumento de salário, reestruturação da carreira e melhores condições de trabalho. As 60 ações prejudicadas são todas vinculadas ao Ibama. Segundo documento da coordenação de operações e fiscalização do órgão obtido pela reportagem, 690 servidores em greve estão escalados para essas operações, além de outros 214 funcionários de outros órgãos, como Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal. "O governo anuncia com pompa a queda do desmatamento, mas isso somente tem sido

possível por causa dos servidores", afirma Jonas Moraes Corrêa, presidente da associação nacional dos servidores do Ibama. "A greve prejudica esse trabalho, [mas], sem condições de trabalho, mais para a frente o combate ao desmatamento será prejudicado de qualquer forma", completa. O desmatamento tem caído mês a mês na região amazônica. Entre agosto de 2008 e julho de 2009, foram desmatados 7.008 km<sup>2</sup>, o que representa uma redução de 45% em relação ao período anterior, quando a taxa foi de 12.911 km<sup>2</sup>. Além da paralisia das operações, a greve dos servidores também mantém fechados os parques nacionais e estaciona todos os processos de licenciamento ambiental, o que preocupa o governo, já que isso afeta obras prioritárias do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), usado como vitrine da candidata petista ao Planalto, Dilma Rousseff.

**País tem 300 casos graves de problemas ambientais** – Afra Balazina e Andrea Vialli – Estado de São Paulo – Vida – 21/04/2010

O Brasil tem pelo menos 300 casos graves de problemas ambientais e o Estado de São Paulo concentra 30 deles. É o que mostra levantamento feito pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), que será apresentado na Assembleia Legislativa de São Paulo na próxima semana.

O trabalho, chamado de Mapa da Injustiça Ambiental e de Saúde no Brasil, está disponível para consulta na internet ([conflitoambiental.icict.fiocruz.br](http://conflitoambiental.icict.fiocruz.br)). Ele aborda casos como os de contaminação na Vila Carioca e em Jurubatuba, na capital paulista, e situações do interior e do litoral.

“Em São Paulo onde aparecem mais conflitos. É o Estado mais populoso e mais industrial, além de ter o passivo ambiental mais conhecido, com entidades ambientais atuantes”, afirma Marcelo Firpo, coordenador do projeto e pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz).

Segundo Firpo, o objetivo do mapa é “dar maior visibilidade às lutas por melhor qualidade de vida e por um ambiente mais saudável”. Ele admite que o universo levantado num período de um ano de trabalho não esgota as inúmeras situações de contaminação existentes no País. “Mas reflete um parâmetro importante de casos”, diz.

O mapa apresenta, além de muitas situações de contaminação do solo e da água, questões como a construção de um porto em Peruíbe – que impactaria uma área preservada de Mata Atlântica e uma aldeia indígena e a criação de hidrelétricas no Vale do Ribeira, no sul do Estado, que afetaria quilômetros.

Sem solução. Vários casos de contaminação são conhecidos dos moradores da capital. Porém, a maior parte dos problemas não teve uma conclusão considerada satisfatória pelos atingidos. Um dos exemplos é a Vila Carioca, na zona sul, que teve o solo e a água contaminados por substâncias cancerígenas por uma unidade de estocagem da Shell. De acordo com o mapa, a situação ameaça a saúde de até 30 mil pessoas num raio de um quilômetro.

Segundo a agência ambiental paulista (Cetesb), a Shell mapeou e removeu o solo contaminado e fez o tratamento da água subterrânea. Rodrigo Cunha, coordenador

do grupo que gerencia as áreas consideradas críticas pela Cetesb, afirma que durante as investigações do caso foi descoberta também a contaminação “por solventes clorados, que a Shell nunca manuseou”. Agora, segundo ele, é preciso continuar os estudos para identificar quem foi responsável pela contaminação.

Segundo Marcelo Guirao, vice-presidente da SOS Vila Carioca, quatro CPIs sobre o caso já foram feitas, mas não houve desfecho. Ele pede um acompanhamento efetivo da saúde das pessoas afetadas. “É tudo muito devagar e os exames são sempre inconclusivos, o que dificulta qualquer processo na Justiça.”

Em nota, a Shell Brasil afirma que finalizará nestes anos os trabalhos de contenção da poluição do local e dará continuidade aos monitoramentos. Mas a empresa nega que suas atividades coloquem em risco a saúde da população no entorno de sua unidade.

“Todos os estudos, análises e monitoramento ambiental que a Shell vem realizando desde o início dos trabalhos indicam que os impactos ambientais das atividades do passado estão concentrados na área interna da unidade, não oferecendo exposição a risco de saúde dos seus vizinhos.”

Em relação a Jurubatuba, também na zona sul, o mapa informa que é considerada a área com maior passivo ambiental da cidade. “Os aquíferos da região estão contaminados com solventes clorados. Além da proximidade com a Represa Billings, há na área grande número de indústrias com aquíferos poluídos, uma faculdade e bairros residenciais expostos.”

Segundo Cunha, há 19 empresas envolvidas e, enquanto algumas fazem uma investigação detalhada do problema, outras já iniciaram a descontaminação. A Cetesb tem oito áreas atualmente consideradas críticas – tanto a Vila Carioca quanto Jurubatuba estão na lista.

### **Ceticismo climático não "pega" no Brasil** – Reinaldo Lopes – Folha de São Paulo – Ciência – 21/04/2010

Três quartos dos brasileiros dizem que o homem contribuiu "muito" para o aquecimento global, mostra pesquisa Datafolha

Mais de 90% dos 2.600 entrevistados dizem crer no fenômeno; especialista vê menos interesse brasileiro em indústrias poluidoras

O ceticismo climático, como é conhecida a corrente de pensamento que nega a existência do aquecimento global ou, pelo menos, o papel do homem nesse fenômeno, não "pegou" no Brasil, indica nova pesquisa Datafolha. Mais de 90% dos brasileiros aceitam que o aquecimento é real e, para 75% dos entrevistados, as atividades humanas contribuem "muito" para as mudanças climáticas. Os dados, obtidos após entrevistas com 2.600 pessoas em 144 municípios de todas as regiões do país, contrastam com os ataques sofridos pela ciência da mudança climática desde o fim do ano passado -ataques que, em países como os EUA e o Reino Unido, fortaleceram o ceticismo sobre o aquecimento global entre a população. Os céticos ou negacionistas climáticos, como também são conhecidos, nunca tiveram tanto espaço nos meios de comunicação mundo afora quanto nos últimos meses. A ofensiva desses grupos começou com o chamado "Climagate", como ficou conhecido o vazamento de e-mails dos servidores da Universidade de East Anglia (Reino Unido). As

mensagens documentavam anos de correspondência entre alguns dos principais climatologistas do mundo, e os negacionistas viram nelas indícios de que esses pesquisadores teriam tentado manipular dados, ocultá-los de seus opositores ou impedir que eles publicassem visões "alternativas" do tema em revistas científicas respeitadas.

## Gelo

Nenhuma dessas acusações mostrou ter substância, mas a credibilidade da ciência do clima sofreu novos golpes quando, por exemplo, veio a público que os dados apresentados pelo IPCC (o painel climático das Nações Unidas) sobre o fim das geleiras do Himalaia em 2035 não eram resultado de análises científicas, mas tinham vindo originalmente de uma reportagem. As escorregadas levaram à criação de um painel independente para revisar os "padrões de qualidade" do IPCC. Nada disso parece ter abalado a confiança do público brasileiro. Só 5% dos ouvidos pelo Datafolha acham que a humanidade não tem nada a ver com o aquecimento global, enquanto cerca de metade dos americanos têm essa opinião. Quanto maior a escolaridade, maior a aceitação do aquecimento global causado pelo homem: 96% entre os que têm ensino superior, contra 87% dos que só cursaram o ensino fundamental. "Os números são impressionantes mesmo quando comparados com os dos EUA e do Reino Unido, ainda mais depois das controvérsias recentes envolvendo o IPCC", diz Myanna Lahsen, especialista em estudos ambientais e políticas públicas do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Para Lahsen, a análise do que os meios de comunicação publicam sobre o tema no Brasil indica "grande uniformidade" em favor das causas humanas do aquecimento, o que explica, em parte, a posição da sociedade. "Eu até diria que é saudável ter debates, mas nos EUA [grande centro do ceticismo climático] isso é muito problemático, na medida em que a discussão é criada por elites e interesses financeiros, os quais usam métodos muito manipuladores", afirma ela. Outro fator importante no país, diz Lahsen, é a importância econômica relativamente pequena das indústrias baseadas em combustíveis fósseis no Brasil. São elas as que mais têm a perder com os cortes de gases do aquecimento global, como ocorre no caso americano.

## **Perda crescente da biodiversidade mobiliza o planeta – Carine Correa – MMA – 21/05/2010**

Mais de 100 países, incluindo as principais potências econômicas e o Brasil, vão se reunir para tentar encontrar alternativas a fim de evitar mais colapsos ambientais

21/05/2010

*Carine Corrêa*

O ano de 2010 será marcado internacionalmente não apenas pela Copa do Mundo. Outro tema - a biodiversidade - vai interferir de forma direta e implacável no cotidiano das pessoas, em escala muito maior e talvez sem a mesma visibilidade na mídia. O assunto também vai atrair a atenção de muitos países durante a Conferência da Biodiversidade (COP-10), a ser realizada em outubro em Nagoya (Japão).

Apesar de ainda não ter o mesmo apelo do futebol nas discussões do dia-a-dia, neste Ano Internacional da Biodiversidade - estabelecido pela ONU- nações de todo o mundo vão debater a perda da biodiversidade, prejuízo que afeta não só animais e

plantas (como muitos preferem simplificar a questão), mas interfere de maneira crucial na manutenção da vida do homem e no equilíbrio de todo o planeta.

Para se ter uma ideia do tamanho do prejuízo, as perdas econômicas decorrentes do processo de redução de espécies alcançam uma cifra anual entre US\$2 e US\$ 4,5 trilhões, segundo pesquisadores do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O encontro no Japão vai reunir as nações megadiversas (grupo dos 17 países que abrigam a maioria das espécies da Terra e juntos detêm cerca de 70% de toda a biodiversidade do planeta, entre eles o Brasil), as principais potências econômicas mundiais e outros 100 países aproximadamente. O objetivo é tentar encontrar soluções que possam surtir efeito rápido (ou pelo menos de médio prazo), a fim de evitar novos colapsos ambientais ao redor do planeta.

Durante a COP-10, o Brasil vai assumir um protagonismo, pois pretende reafirmar o pacto entre os países signatários da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), para o cumprimento das metas estabelecidas tanto na Rio-92 quanto em Johannesburgo (África do Sul), em 2002.

Vai ainda defender a bandeira da repartição de benefícios oriundos do patrimônio genético da biodiversidade, principal ponto pretendido pelos megadiversos na convenção.

Segundo a secretária de Biodiversidades e Florestas do MMA, Maria Cecília Wey de Brito, muitas reuniões preparatórias têm sido realizadas pelas 17 nações megadiversas, com o objetivo de se estabelecer uma proposta comum.

A questão da compensação financeira pelo conhecimento obtido a partir da biodiversidade, no entanto, é motivo de controvérsia. Ganhou manchete dos jornais o caso do cupuaçu, que teve um pedido de patente registrado no exterior por uma empresa japonesa, apesar de ser uma planta típica da Amazônia.

Por meio da contestação de entidades ambientalistas nos escritórios de patentes internacionais, foi impedida a aprovação do registro, pois as aplicações do produto já eram, há muito tempo, de domínio dos índios e das comunidades tradicionais amazônicas, e não envolviam nenhum tipo de inovação que justificasse o direito de sua exploração pela companhia japonesa.

Diversidade global em declínio - De acordo com o terceiro relatório do Panorama da Biodiversidade Global (GBO3, em inglês), divulgado no começo de maio pelas Nações Unidas (cuja versão em português será lançada em 21 de maio pelo MMA), nenhum país cumpriu integralmente as metas de redução da perda da biodiversidade em seus territórios entre 2002 e 2010.

O documento é um relatório oficial da Convenção sobre Diversidade Biológica, estabelecida em 1992, e vai pautar as discussões entre os chefes de Estado participantes da Cúpula da Biodiversidade no Japão. O ponto mais preocupante deste estudo revela que a perda da biodiversidade global está alcançando um patamar quase irreversível.

Entre 1970 e 2006, por exemplo, o número de indivíduos de espécies de vertebrados teve um declínio de 30% em todo o mundo, e a tendência, segundo o GBO3, é de que a redução continue, especialmente entre animais marinhos e nas regiões tropicais. O relatório indica ainda que 40% das espécies de aves e 42% dos anfíbios apresentam população em queda.

Para reverter o quadro de sérios prejuízos ambientais e econômicos, seriam necessários investimentos em todo o planeta de aproximadamente US\$45 bilhões por ano.

O relatório indica os cinco principais fatores de pressão sobre a biodiversidade: perda e degradação de habitats (convertidos em plantações, pastagens, áreas urbanas), mudanças climáticas, poluição, sobreexploração dos recursos naturais e a presença de espécies exóticas invasoras. As intervenções humanas em lagos de água doce também foram apontadas como outro fator importante, pois devido ao acúmulo de nutrientes, inúmeras espécies de peixes foram levadas à morte em larga escala.

A acidificação e poluição dos oceanos também vitimam os recifes de corais, o que descaracteriza o ecossistema marinho. Nas grandes regiões do mundo, os habitats naturais continuam a declinar em extensão e integridade, especialmente os bancos de algas marinhas, as zonas úmidas de água doce, as localidades de água congelada e os recifes de corais e de mariscos.

Segundo dados da World Conservation Union (União Mundial de Conservação), a ação do homem provoca 0,2% da perda média de espécies todos os anos, que ocorre ainda por queimadas e desmatamento impulsionados pelo mercado imobiliário e/ou monoculturas de larga escala, caça e tráfico de animais. Extrativismo sem manejo adequado e mineração, dentre outros fatores de intervenção antrópica, também são causas crescentes do processo de extinção, por acompanharem as necessidades de uma população humana que, segundo estatísticas da Organização das Nações Unidas, é de 6,5 mil milhões, com perspectivas de aumento para 7 mil milhões até o ano de 2012.

De acordo com o secretário-executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica, Ahmed Doghlaf, a perda da biodiversidade ocorre em uma velocidade sem precedentes. "As taxas de extinção podem estar mil vezes acima das médias históricas", alerta.

Apesar de o GBO3 ressaltar o aumento considerável das áreas de proteção ambiental (82% estão em áreas marinhas e 44% em regiões terrestres), e o progresso significativo da preservação de florestas tropicais e manguezais, dados do documento revelam que estas medidas não foram suficientes para alcançar a meta estabelecida.

**Ações brasileiras** - Há ainda outros pontos do documento do Pnuma considerados críticos. A Amazônia é citada como área sujeita a danos irreparáveis, em parte motivados pelo desmatamento e queimadas, e por outro, pelas mudanças na dinâmica regional das chuvas e extinção de espécies.

O Brasil é citado como exemplo no que diz respeito à criação de áreas protegidas (unidades de conservação). Dos 700 mil quilômetros quadrados transformados em áreas de proteção em todo o mundo, desde 2003, quase três quartos estão em solo brasileiro, resultado atribuído em grande parte ao Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa).

Para 2010, já está em fase de análise a criação de novas áreas protegidas: 3.044.000 hectares no Cerrado; 868.192 hectares no Pantanal; 600 mil hectares no Pampa e mais de 1.200.000 hectares na Mata Atlântica.

Outra estratégia fundamental adotada pelo Brasil para combater o desmatamento e a extinção de espécies decorrente desta prática é o monitoramento por satélite de todos os biomas brasileiros, procedimento que, até 2008, era realizado apenas na Amazônia e em parte da Mata Atlântica.

Com a identificação e controle das principais causas do desmatamento na região, em 2009, a devastação da floresta teve o menor índice (43% mais baixo) dos últimos 20 anos.

Os primeiros resultados sobre o Cerrado e Caatinga, levantados entre 2002 e 2008, já foram lançados, mostrando que quase metade da cobertura vegetal original

destes biomas já foi destruída. Para este ano, serão divulgados os dados referentes à cobertura vegetal do Pantanal, Mata Atlântica e Pampa, referentes ao mesmo período.

Por meio do monitoramento, é possível estabelecer planos de ação de fiscalização, controle e combate ao desmatamento, bem como levar alternativas sustentáveis às regiões onde o desmate ainda é muito praticado.

**Exóticas e invasoras** - Também foi lançada, em 2009, a Estratégia Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras. O programa vai orientar as diferentes esferas do Governo a fim de mitigar e prevenir os impactos negativos destas espécies sobre a população humana, os setores produtivos, o meio ambiente e a biodiversidade.

Os eixos deste plano são a prevenção da introdução de novos indivíduos, bem como a mitigação da presença dos mesmos em biomas e bacias hidrográficas do Brasil. Atualmente, as invasões biológicas causadas por espécies exóticas invasoras são consideradas a segunda maior causa de perda da biodiversidade biológica do planeta, perdendo apenas para a destruição de habitats.

No Brasil, os custos decorrentes dos impactos causados por estas espécies atingem cerca de US\$ 50 bilhões ao ano. Entre elas, podemos citar o mosquito da dengue, o mexilhão dourado, o caracol gigante africano, a uva-do-japão, o capim-annoni e o amarelinho.

Também tem sido feita a atualização de listas de espécies brasileiras ameaçadas de extinção (fauna e flora), que servem como alerta e instrumento de monitoramento da política de conservação destas espécies. " O número de espécies em extinção está aumentando, o que é um sinalizador preocupante, pois demonstra que o objetivo de reduzir a taxa de extinção não tem sido alcançado", avalia João de Deus Medeiros, diretor do Departamento de Florestas do MMA.

Fundamentais para a conservação e recuperação de espécies ameaçadas de extinção (um dos principais compromissos dos países durante a CDB), estes levantamentos funcionam como instrumentos de implementação da Política Nacional da Biodiversidade, que inclui as Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção; os Livros Vermelhos das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção e os Planos de Ação Nacionais para a Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção.

**Evolução da vida** - A biodiversidade é a totalidade das espécies de seres vivos de uma determinada região ou tempo, e abrange animais, vegetais, fungos e microorganismos, sendo responsável pela evolução e manutenção da vida em todos os lugares. Sua manutenção depende do equilíbrio e estabilidade de ecossistemas, e seu uso e aproveitamento pela humanidade deve, necessariamente, ser feito de maneira sustentável de forma a preservá-los.

Desde que o homem começou a interferir na natureza, a biodiversidade tornou-se a base das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais e, mais recentemente, da indústria de biotecnologia. Trata-se ainda da fonte primária para remédios, cosméticos, roupas e alimentos, entre outros produtos, e é essencial para a criação de grãos mais produtivos e resistentes a pragas e a outras doenças.

A espécie humana é apenas uma entre 1,75 milhão de espécies de vida conhecidas. O Pnuma estima que existam pelo menos 14 milhões de espécies vivas ao redor do planeta. Alguns especialistas calculam que esse número possa chegar a 50 milhões, ou ainda mais.

**Extinção de espécies** - A Convenção sobre Biodiversidade foi estabelecida em 1992, durante a ECO-92, no Rio de Janeiro, mas a meta de redução da perda da biodiversidade só foi fixada na Cúpula da Terra de Johannesburgo, em 2002. Durante o



evento, os governos participantes se comprometeram a estabelecer medidas para combater a extinção de espécies.

Dentre os pontos acordados constam a redução da degradação de habitats, o controle de espécies exóticas invasoras (que ocasionam prejuízos de aproximadamente R \$ 2,5 trilhões nas economias de todo o planeta) e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento. Das 21 metas estabelecidas pela ONU em 2002, nenhuma está próxima de ser cumprida.

A Convenção sobre Diversidade Biológica foi assinada por 156 nações - atualmente foi ratificada por 192 - e estabeleceu que os países têm direito soberano sobre a variedade de vida contida em seu território, bem como o dever de conservá-la e de garantir que seu uso seja feito de forma sustentável, isto é, assegurando sua preservação.

Um dos temas mais defendidos pela CDB é a necessidade de repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos. Eles seriam divididos entre todos os países e populações cujo conhecimento foi chave para sua utilização. Como exemplo, comunidades acostumadas a usar plantas de sua região desde tempos remotos, como os índios.

#### **Acordo de Copenhague aumentará CO<sub>2</sub>, diz grupo – Claudio Ângelo – Folha de São Paulo – Ciência – 22/04/2010**

Metas voluntárias e buracos legais põem o mundo rumo a 3C de aquecimento

Segundo autores de artigo na "Nature", trajetória de emissões é como "correr na direção de um penhasco e esperar parar na beirinha"

Um grupo de pesquisadores da Alemanha acaba de pôr em números algo que todo mundo já sabia: o Acordo de Copenhague é incapaz de manter o aquecimento global em 2C, seu objetivo declarado. Na verdade, argumentam, ele pode produzir o efeito inverso: fazer as emissões globais subirem e com elas os termômetros. A conta foi feita por Joeri Rogelj, Malte Meinshausen e colegas, do Instituto de Pesquisa de Impactos Climáticos de Potsdam, e publicada na edição de hoje do periódico "Nature".

Os cientistas se basearam nas promessas de corte de emissões feitas até o último dia 13 por 76 países que aderiram ao acordo, produzido na cúpula do clima de dezembro passado.

A conferência na Dinamarca terminou sem um acordo global e legalmente vinculante de corte de emissões de gases-estufa para o período 2013-2020. Produziu um documento frouxo, sem metas de longo prazo, no qual os países anotariam seus compromissos voluntários de redução para 2020.

"Como não sabíamos que propostas os países inscreveriam, não tínhamos como saber qual seria o nível real de ambição do Acordo de Copenhague", disse Meinshausen à Folha. "Sabemos agora, e ele calha de ser inadequado para cumprir a meta de 2C."

Os alemães inseriram os valores mínimos e máximos das propostas num modelo computacional de resposta do clima a emissões de origem humana. A conclusão é que, se o acordo for seguido, o mundo chegará a 2020 com emissões

anuais de 47,9 bilhões a 53,6 bilhões de toneladas de gás carbônico equivalente (a soma das emissões de todos os gases-estufa "convertidas" em CO<sub>2</sub>). No entanto, para ter uma chance igual ou maior do que 50% de manter o aquecimento num máximo de 2C -nível considerado seguro, as emissões anuais máximas teriam de ser de 44 bilhões de toneladas.

Deixa que eu deixo  
A trajetória insustentável do acordo se coloca por duas razões. Primeiro, o voluntarismo do texto faz os países inscreverem como metas aquilo que demanda o menor esforço. Japão e Noruega são os únicos países ricos que apresentaram propostas nos valores recomendados pelo IPCC (painel do clima da ONU), de corte de 25% a 40% no CO<sub>2</sub> em relação aos níveis de emissão de 1990. Depois, por sua natureza jurídica frouxa, o acordo não proíbe o uso de créditos de carbono em excesso gerados pelo Protocolo de Kyoto. Meinshausen estima que haja 12 bilhões de toneladas de gás carbônico em créditos "occos", ou seja, que não corresponderam a um esforço de redução de emissões -são apenas um truque contábil de Kyoto para facilitar o cumprimento das metas. O modelo dos alemães estima que esses "buracos" no acordo dão uma chance maior do que 50% de que o aquecimento ultrapasse os 3C em 2100. "Se nos próximos dez anos o Acordo de Copenhague for tudo o que temos, então teremos travado o mundo numa trajetória de emissões relativamente alta até lá", diz Meinshausen. "Emitir 48 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> equivalente em 2020 é o mesmo que correr na direção de um penhasco e torcer para parar na beirinha."

### **Economista pede criação de agência reguladora para mudanças climáticas – Valor Econômico – Brasil – 23/04/2010**

O economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Ronaldo Motta afirmou ontem que o marco regulatório nacional sobre mudanças climáticas é frágil e que é fundamental a criação de uma agência reguladora para tratar o tema.

"O marco regulatório é frágil, deixou lacunas. Precisa ser definida uma estrutura de governança. Não existe uma agência reguladora", disse Motta, que participou da apresentação do documento "Perspectivas Sobre as Negociações de Mudança Climática e Seus Impactos na Política Brasileira".

A Lei 12.187, aprovada em dezembro de 2009, instituiu a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), o marco regulatório do setor, mas ainda precisa ser regulamentada pelo Congresso Nacional. Segundo Motta, falta incentivo para os setores econômicos que deverão cumprir as metas assumidas pelo Brasil para a redução de emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) o que poderia ser implementado com a criação da agência.

"Se há um compromisso do Brasil e haverá metas que deverão ser cumpridas pelos setores e isto está sendo compulsório é porque o mercado não oferece incentivo. [Alguns setores poderão pensar] Por que fazer uma redução do efeito estufa para salvar o mundo e prejudicar meus lucros?", destaca.

Segundo dados do Ipea, a maior parte das emissões de CO2 no Brasil são provenientes do desmatamento, responsável por 76% das emissões. Já a queima de combustível, causa número um nos países desenvolvidos, é a segunda colocada, mas representa apenas 9% das emissões.

"O Brasil se comprometeu a reduzir 38,9% as emissões até 2020, desse percentual 24,7% é redução do desmatamento, sendo 80% da Amazônia e 40% do Cerrado. Esta característica nacional torna menos onerosa a redução das emissões, além de não ameaçar o desenvolvimento econômico do país", afirma a técnica do Ipea Maria Bernadete Gutierrez.

O relatório do Ipea salienta que, apesar de a Conferência de Copenhague não ter atingido seus objetivos de forma plena, o evento foi um marco histórico, pois a comunidade mundial nunca tinha dado tanta ênfase no combate às mudanças climáticas. "Apesar do fracasso de Copenhague, a sustentabilidade ambiental passou a ser vista como central", disse o assessor técnico da presidência do Ipea, Albino Alvarez.

**Marina amplia pressão por lei ambiental** – Andrea Murta – Folha de São Paulo – Brasil – 26/04/2010

Em Washington, pré-candidata do PV é ovacionada em ato pelo Dia da Terra

Senadora discursa em evento e pede mobilização de cidadãos americanos por uma legislação "em favor da trajetória do planeta"

Apresentada como "protetora da floresta" e "candidata à Presidência do Brasil", a senadora Marina Silva (PV) recebeu aplausos e assobios antes e depois de discursar por menos de cinco minutos ontem, em Washington, em ato pelas comemorações do Dia da Terra.

Para a senadora, a intenção principal é movimentar a opinião pública americana para pressionar pela lei do clima, cuja discussão acaba de ser preterida no Senado dos EUA pelo debate sobre a reforma migratória. "O povo americano já fez isso em momentos importantes da história em favor da humanidade. Agora é o momento de assumir esse compromisso em favor da história da trajetória do planeta", disse no palco. Mas, se a plateia de "verdes" respondeu bem à figura franzina da brasileira, o discurso de ação ética e parceria entre Brasil e EUA, em parte atrapalhado por dificuldades de tradução, teve pouco impacto entre os presentes -muitos dos quais estavam mais preocupados em tirar fotos com uma dupla de artistas vestidos de "navis" (seres do filme "Avatar") que perambulavam pelas redondezas. "Se gostei do que ela disse? Desculpe, não prestei atenção", disse à Folha uma americana que aplaudira efusivamente a fala da pré-candidata. Nas tendas de apoio aos oradores, a senadora teve atuação discreta. Sem falar inglês, foi abordada por poucos -como o advogado e ambientalista Robert F. Kennedy Jr., filho do senador Robert Kennedy, assassinado em 1968 quando concorria à Presidência dos EUA.

"Todo mundo que lê jornais sabe quem ela é", disse. "Marina está do lado certo do debate [ambientalista] no Brasil."

À noite, a senadora jantou com o diretor americano James Cameron, de "Avatar", apoiador entusiástico de sua candidatura. "Definitivamente faria campanha para ela", afirmou Cameron. "Apoio e endosso qualquer coisa que a ajude. Não quero entrar na política brasileira, mas muitas dessas questões [indígenas, ambientais] são globais." Antes do encontro, tanto Cameron quanto a pré-candidata abordaram a situação da lei do clima nos EUA. Marina, que no sábado foi recebida por ambientalistas, afirmou estar confiante de que o governo Obama agirá [ainda que por medida provisória] se a legislação não avançar no Senado americano.

### **Fundo verde pode bancar energia suja – Folha de São Paulo – Ciência – 27/04/2010**

#### DO "INDEPENDENT"

Os países europeus poderão usar dinheiro de um fundo destinado à redução de emissões de CO<sub>2</sub> para construir usinas a carvão. Os europeus pagam bilhões de euros por ano em "licenças para poluir" -a ideia é derrubar as emissões. O dinheiro, porém, poderá ser usado agora para espalhar termelétricas pelo continente. A situação bizarra surgiu com as concessões feitas para ajudar países como a Polônia a se adaptar à economia de UE, que concordou em permitir que o dinheiro das licenças pudesse ser utilizado no setor energético. A regra, entretanto, foi aprovada como sendo válida para todos os países.

### **MMA coloca em ação planos para salvar bioma único e vulnerável – Carine Correa e Carlos Americo – MMA – 27/04/2010**

Em 28 de abril é comemorado o Dia da Caatinga, bioma pouco conhecido, mas rico em biodiversidade e ambientes distintos, que tem sofrido com intenso desmatamento

27/04/2010

*Carine Corrêa e Carlos Américo*

Cenário de histórias de cangaço, reino de Lampião e dos heróis sertanejos de Ariano Suassuna, terra de ritmos como o xote, o xaxado e o baião, a Caatinga está presente no imaginário popular brasileiro como um local seco, quente, inóspito e de vegetação esquisita. Poucos conhecem as riquezas ambientais da região que abriga 13 milhões de pessoas, está presente em 10 estados brasileiros e contém grande variedade de espécies e ambientes naturais.

O bioma que apresenta belezas sutis e histórias de resistência tem pouco o que comemorar e corre o risco de se extinguir. Único bioma exclusivamente brasileiro, a Caatinga só possui atualmente metade de sua cobertura vegetal original.

Em 2008, a vegetação remanescente da área era de apenas 53,62%. O monitoramento do desmatamento no bioma, realizado entre 2002 e 2008, revela que, neste período, o território devastado foi de 16.576 km<sup>2</sup>, o equivalente a 2% de toda a área. A taxa anual média de desmate na mesma época ficou em torno de 0,33% (2.763 km<sup>2</sup>).

O índice é considerado alto por especialistas e técnicos do MMA, pois a região figura como a mais vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas, com forte tendência à desertificação. De acordo com os dados do monitoramento, a principal causa da destruição da Caatinga é a extração da mata nativa para ser convertida em lenha e carvão vegetal. O combustível é destinado principalmente aos pólos gesseiro e cerâmico do Nordeste e ao setor siderúrgico de Minas Gerais e do Espírito Santo.

A economia do carvão vem apresentando crescente demanda, fator que leva a níveis de desmatamento só comparáveis aos da Amazônia em seus momentos de pico, quando os programas de redução começaram a ser implementados.

Outros fatores apontados foram as áreas criadas para biocombustíveis e pecuária bovina. "Para reverter a situação é importantíssimo pensarmos em uma matriz energética diferente para a região, como energia eólica, gás natural e pequenas centrais hidrelétricas", explica o diretor do Departamento de Políticas de Combate ao Desmatamento do MMA (DPCD), Mauro Pires.

### **PPCaatinga**

Para combater a crescente devastação na Caatinga, o DPCD atua em parceria com o Núcleo Caatinga da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA (SBF) e conta com apoio do Ministério do Planejamento na elaboração do Plano de Ação Interministerial para Prevenção e Controle do Desmatamento na Caatinga (PPCaatinga). A proposta pretende integrar e articular iniciativas dos diversos órgãos dos governos federal e estaduais para implementar ações como o combate e controle do desmatamento e o fomento a atividades sustentáveis.

O PPCaatinga está sendo elaborado ainda por equipes do ICMBio, Ibama, ministérios da Integração, do Desenvolvimento Agrário, de Minas e Energia, e órgãos como a Funai, Embrapa, Incra, e Sudene. Os próximos passos serão o estabelecimento de programas, políticas e de um plano operativo para conter ações, metas, recursos e prazos.

Mauro Pires defende a elaboração de um modelo próprio, adaptado à situação da Caatinga, que aproveite a experiência adquirida no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, responsável pela redução em 40% da média do desmatamento nos últimos 10 anos naquela região.

O padrão de desmatamento observado na Caatinga é pulverizado, o que dificulta as ações de combate à prática. Segundo Luciano Menezes, diretor de Proteção Ambiental do Ibama, o monitoramento tem sido fundamental para a elaboração de um plano de combate ao desmatamento e de mitigação de seus efeitos. Por determinação da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, o PPCaatinga deve sair do papel até o final deste semestre.

Entre as ações de mitigação previstas, estão incluídas a recuperação de solos e microbacias, o reflorestamento e as linhas de crédito para combate à desertificação. A tecnologia sustentável aliada aos conhecimentos tradicionais do sertanejo no trato com o bioma também podem ser fortes aliados no controle do desmate, de acordo com o diretor Mauro Pires.

Valorizar os produtos da sociobiodiversidade, criar mecanismos de financiamento de atividades sustentáveis e implementar o manejo dos recursos madeireiros e não madeireiros estão também entre as alternativas propostas.

O Ibama já planejou ações de combate ao desmatamento e ao carvão vegetal ilegal na região. A "Operação Corcel Negro", por exemplo, destinada ao combate de carvão ilegal na Caatinga e no Cerrado, foi a primeira grande ação neste sentido

incluindo desde sua produção até o transporte. Para ser ter uma ideia, 20% das emergências ambientais do País ocorrem devido ao transporte irregular deste produto.

No ano passado, uma outra operação do Ibama resultou em multas e interdição de sete indústrias do pólo gesso de Pernambuco. Elas utilizavam madeiras nativas extraídas ilegalmente do bioma para a produção do gesso.

### **Desmatamento no bioma**

Com uma área total de 826.411 km<sup>2</sup>, a Caatinga ocupa cerca de 11% do País e está presente nos estados da Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Maranhão, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte e Minas Gerais. Os dois primeiros desmataram, sozinhos, a metade do índice registrado em todos os outros estados. Em terceiro e quarto lugar estão o Piauí e Pernambuco. O estado de Alagoas possui atualmente apenas 10.673 km<sup>2</sup> dos 13.000 km<sup>2</sup> da área original.

Os municípios que mais desmataram foram: Acopiara(CE), Tauá(CE), Bom Jesus da Lapa (BA), Campo Formoso(BA), Boa Viagem(CE), Tucano(BA), Mucugê(BA) e Serra Talhada(PE). Confira as taxas por estado e municípios nos *links* abaixo.

### **Ações de proteção**

Estudos revelam que o Nordeste pode perder um terço de sua economia até o final do século com os efeitos do aquecimento global e da desertificação. Para amenizar o problema, o MMA tem buscado parcerias para a criação de fundos destinados à adaptação e à mitigação das mudanças climáticas, e ainda para o apoio à pesquisa.

Durante o I Encontro Nacional de Enfrentamento da Desertificação, realizado no último mês de marem Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), o Banco do Nordeste apresentou a proposta de criação do Fundo Caatinga, com ações de proteção para o bioma e todas áreas suscetíveis à desertificação, como o semiárido. □O fundo vai financiar propostas que garantam uma atuação mais efetiva no combate à desertificação - face mais cruel das mudanças climáticas□, explicou o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Egon Krakhecke. O Banco do Brasil também tem a intenção de implementar o Fundo Contra a Desertificação.

Em dezembro do ano passado, o presidente Lula sancionou o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, com base no lucro derivado da atividade do petróleo, que deve contar com recursos entre R\$ 700 milhões a R\$ 1 bilhão para o combate às mudanças climáticas.

O MMA defende que metade desse orçamento seja destinada ao Nordeste, para ser aplicada em programas de adaptação e redução de emissões. O fundo é o primeiro no mundo a utilizar recursos do lucro da atividade petroleira para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A regulamentação do Fundo Clima será assinado no dia 5 de junho, durante as comemorações do Dia Mundial do Meio Ambiente.

Também está em fase de acordo com o governo do Piauí a criação da maior unidade de conservação da Caatinga, localizada entre as Serras Vermelha e da Confusão. A área terá cerca de 550 mil hectares e deve ser implementada ainda este ano. A criação de novas unidades de conservação é outro ponto indicado como fator importante para a proteção do bioma.

A secretária de Biodiversidade e Florestas do MMA, Maria Cecília Wey de Brito, explica que a Caatinga tem apenas 7% de áreas protegidas, somando-se áreas estaduais e federais, sendo que 2% são de proteção integral e os outros 5% são de unidades de conservação de uso sustentável. Ela também aponta a importância da Caatinga como habitat de espécies endêmicas (que só ocorrem em uma determinada

região) em extinção, como a arara-azul-de Lear, além, de lagartos, anfíbios e pequenos roedores.

Em agosto, Fortaleza (CE) vai sediar a Conferência Internacional sobre Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas (ICID 18). O evento será realizado pelo MMA em parceria com as Nações Unidas. Considerada a primeira preparatória para a reunião sobre meio ambiente - Rio 20 -, em 2012, a ICID 18 vai reunir representantes de mais de 50 países para discutir, de maneira sólida e consistente, políticas públicas para o combate à desertificação no mundo.

### **Metodologia**

O monitoramento foi elaborado por 25 técnicos contratados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD ) e por analistas ambientais do MMA e Ibama. Eles utilizaram como referência o mapa de cobertura vegetal do MMA/Probio (programa de levantamento da cobertura vegetal do Brasil que detectou as áreas de vegetação nativa e antropizadas até o ano de 2002), bem como imagens de satélite.

Foi ainda realizado um fórum técnico-científico para discutir os dados finais com especialistas em mapeamento da Caatinga. O detalhamento do mapa-base do Probio, em 2002, tinha uma escala de 1:250.000. Já o utilizado neste levantamento teve uma escala de 1:50.000. A precisão na identificação dos desmatamentos foi de 98,4%.

Até o final de 2010, o MMA pretende realizar o mapeamento e monitoramento dos cinco biomas brasileiros (cerrado, caatinga, pantanal, pampa e mata atlântica).

### **Exposição**

O MMA e a ONG TNC promovem, nesta quarta-feira (28/04), Dia Nacional da Caatinga, a mostra "Expedição Caatinga", dentro do Congresso Nacional, em Brasília. Com fotos e vídeos produzidos pelo cineasta e biólogo Toni Martin, a exposição tem o objetivo de chamar a atenção dos políticos brasileiros para a importância da Caatinga e para a necessidade da criação de novas unidades de conservação (UC) no bioma.

A mostra pretende pressionar os congressistas para a criação de uma UC do Parque Nacional Boqueirão da Onça, que por enquanto está em fase de análise estadual e federal. A implantação do parque protegeria 862 mil hectares do semi-árido baiano e, ainda, auxiliaria no desenvolvimento sustentável da região.

A mostra ficará em exposição amanhã, das 8h às 12h, durante o café da manhã da Frente Parlamentar Ambientalista, está aberta ao público e é gratuita.

### **Mais informações sobre a Caatinga, acesse os portais:**

<http://www.mma.gov.br/portallbio>

<http://www.ibama.gov.br/csr>

## **Austrália adia lei contra gases do efeito estufa – Folha de São Paulo – Ciência – 28/04/2010**

O premiê da Austrália, Kevin Rudd, anunciou hoje que o plano nacional de taxar poluidores será engavetado por dois anos. A proposta envolvia limites anuais na quantidade de carbono que grandes poluidores podem emitir, e um sistema pelo qual as empresas poderiam exceder seus limites se concordassem em comprar créditos (licenças para poluir). Rudd disse que não teve escolha senão adiar a legislação depois que o Partido Liberal,

oposicionista, retirou o apoio a ela. A oposição alega que a ação dele foi motivada por medo dos efeitos eleitorais da subida no preço da energia, que decorreria da lei.

**Corrente na Antártida ajuda a regular clima** – Folha de São Paulo – Ciência – 28/04/2010

Cientistas descobriram uma corrente de movimento rápido no oceano profundo com volume equivalente a 40 rios Amazonas, próxima à Antártida, que irá ajudar no monitoramento dos impactos das mudanças climáticas sobre os oceanos. Segundo estudo na revista "Nature Geoscience", a corrente é parte fundamental de um padrão de circulação oceânica que ajuda a controlar o clima do planeta. Ela é a mais rápida do oceano profundo encontrada até hoje, com velocidade de 20 cm por segundo e transporte de mais de 12 milhões de metros cúbicos por segundo.

**Crise "limpa" energia em 2009, diz governo** – Folha de São Paulo – Ciência – 29/04/2010

DA SUCURSAL DO RIO

A crise "limpou" a matriz energética brasileira em 2009, que contou com a participação de 47,3% de fontes renováveis como hidroeletricidade, biomassa e etanol. É o maior patamar desde os anos 70, quando o país ainda consumia muita lenha, segundo a estatal EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Em 2008, as fontes renováveis representavam 45,9% do total. Em 2000, correspondiam a 41%. Segundo Maurício Tolmasquim, presidente da EPE, a crise reduziu a atividade industrial especialmente em setores exportadores como siderurgia, por exemplo, que usa carvão na geração de energia. Diminuiu ainda o consumo de gás natural em outros ramos industriais.